O TEMPO

R$ 3,00 - www.otempo.com.br - Belo Horizonte - Ano 27 - Número 10049 - Quarta-feira, 19/6/2024

DOWNTOWN FILMES/DIVULGAÇÃO

Cinema

Animador Alê Abreu será homenageado na CineOP, a partir de hoje. **Magazine. Página 20**

DATATEMPO. Primeiros colocados na mais recente pesquisa sobre eleição municipal são de direita e de centro

Só 15,6% dos eleitores de BH declaram voto na esquerda

Analistas afirmam que essa ala política na cidade está 'acéfala' e enfrenta uma difícil 'briga de egos'

■ A lembrança de gestões malsucedidas que "arrasaram" o campo ideológico e a incapacidade de se unir em torno de um nome forte já para o primeiro turno são alguns dos fatores que, na avaliação de cientistas políticos, enfraquecem a esquerda em Belo Horizonte. Pesquisa **DATATEMPO** mostra que apenas 15,6% dos eleitores pretendem votar em candidatos do campo progressista, enquanto mais de 60% optam por nomes de direita ou de centro. "Para um amplo espectro do eleitorado, a esquerda não tem conseguido representar prioridades e demandas dos cidadãos", diz o professor da UFMG Camilo Aggio. **Página 3**

Atlas da Violência

Dados oficiais ignoram um de cada 7 óbitos violentos

■ Quando uma vítima de faca-da morre já no hospital, mas o caso fica no sistema policial como lesão corporal, por exemplo, tem-se o chamado "homicídio oculto". De 2012 a 2022, foram 4.446 em Minas. **Página 23**



jovens de 15 a 29 anos são assassinados por dia no país



BRUNO SANTOS/FOLHAPRESS

Imigração nos Estados Unidos

Em aceno eleitoral, Biden protegerá da deportação cônjuges ilegais de americanos

■ Cerca de 500 mil pessoas que vivem ilegalmente nos Estados Unidos poderão regularizar sua situação com mais facilidade. Os casados com americanos, e seus filhos, poderão obter o "green card" sem precisar sair do país. A decisão de Joe Biden contradiz decreto do início do mês que restringe a entrada pela fronteira com o México. **Página 15**

BALANÇO NEFASTO

Quase um quarto do Brasil pegou fogo ao menos uma vez desde 1985; as maiores vítimas são o Cerrado e a Amazônia. **Página 10**

ARMADILHAS

Encarar as férias de forma frenética gera estresse e cansaço.

Interessa. Página 19

O TEMPO SPORTS

NO MINEIRÃO

Cruzeiro conta com Matheus Pereira no embate contra o Flu.

Página 25

HULK EXPULSO

Rubens Menin cobra profissionalização da arbitragem no país.

Página 27

VOLTA À ELITE

Mackenzie Batavo apresenta elenco que vai à Superliga A.

Página 31



FRED MAGNO

'Caça' aos gatos. Agentes de saúde vão usar gatoeiras e puçás para apreender e vacinar contra raiva os bichanos do Parque Municipal. **Página 24**

A.PARTE

aparte@otempo.com.br

Disputa pela PBH

Adalclever deixa equipe de Fuad e vai coordenar campanha de Tramonte

O ex-deputado estadual Adalclever Lopes (PSD) decidiu abandonar a pré-campanha à reeleição do prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman (PSD), e vai encabeçar a coordenação política da campanha de Mauro Tramonte (Republicanos). A informação foi confirmada ao **Aparte** pelo presidente municipal do Republicanos, o deputado federal Gilberto Abramo.

A chegada de Adalclever à campanha de Tramonte foi acertada na noite de segunda-feira (17), durante reunião entre ele, Abramo e o pré-candidato do Republicanos, e vem a público menos de um mês depois de o nome do ex-deputado aparecer como um dos cotados para liderar a coordenação da campanha de Fuad.

Fontes ouvidas pela reportagem garantem que a decisão de Adalclever foi motivada por insatisfação com o pouco espaço que ele estaria recebendo ainda durante a pré-campanha de Fuad. O ex-deputado já vinha atuando "voluntariamente" na pré-campanha do prefeito, conforme declarou, no último mês, o presidente estadual do PSD, Cássio Soares, mas, desde então, o **Aparte** já havia apurado que o nome dele não era consenso entre pessoas próximas ao atual prefeito, já que a ideia de Fuad seria contemplar também em sua equipe de campanha os partidos e lideranças que vão apoiá-lo. Antes de Adalclaver, o ex-vice-prefeito de Kalil (PSD) e atual secretário municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social da prefeitura, Paulo Lamac (Rede), também já havia sido cotado para o posto na campanha de Fuad.

CAMPANHA. Ao **Aparte**, o deputado Mauro Tramonte comemorou a chegada de Adalclever à equipe. "Só fortalece nossa pré candidatura. Ele tem muita experiência e conhecimento político", declarou o pré-candidato, que garantiu, porém, que vai manter a estratégia de ser seu próprio marqueteiro. A ideia é que ele mesmo coordene um conselho político montado para auxiliar nas decisões e articulações da candidatura.

Interlocutores do deputado estadual acreditam que essa aproximação pode influenciar um eventual apoio do ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil a Tramonte, apesar de o ex-presidente do Atlético não ter relação com a ida de Adalclaver à campanha. Adalclever já foi braço direito de Kalil e em 2022 foi coordenador da pré-campanha dele ao governo de Minas.

Embora haja pressão de uma ala do PSD para que Kalil apoie Fuad, nos bastidores, a hipótese mais provável é que Tramonte receba o apoio do ex-prefeito, que, apesar de todas as especulações, ainda não fechou compromisso com nenhum pré-candidato. A tendência, segundo interlocutores, é que Kalil, caso apoie alguém, espere o cenário se consolidar para se decidir.

Procurado, o presidente do PSD, Cássio Soares, não quis comentar a decisão de Adalclever. O prefeito Fuad Noman e Adalclever também não tinham se manifestado até o fechamento desta edição. **(Clarisse Souza e Letícia Fontes)**

Crimes raciais

PBH proíbe nomeações de pessoas condenadas

O prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman (PSD), sancionou ontem uma lei que proíbe a nomeação de pessoas condenadas por crimes raciais na administração pública da capital. A proibição vale para cargos efetivos e em comissão de livre nomeação. Segundo a publicação no "Diário Oficial do Município" ("DOM"), a norma valerá para decisões a que não couberem mais recursos na Justiça. Ontem, foi sancionada também pelo chefe do Executivo municipal a autorização para que uma praça no bairro Floramar, na região Norte da capital, passe a se chamar Célio de Oliveira Trópia. A proposição surgiu de um projeto de lei de autoria da vereadora Marcela Trópia (Novo), neta de Célio, um fundadores do Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus. **(Da redação)**

Com Lula e Janja

Galeria de presidentes será reativada neste mês

Após mais de um ano e meio dos atos de 8 de janeiro de 2023, a galeria de presidentes da República do Palácio do Planalto será reativada ainda neste mês. Para a reinauguração, está prevista a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e da primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja. Nos últimos dias, foram realizadas reformas nos arredores do local, acompanhadas por uma intensa operação de limpeza. Ontem, o tapume, que estava no local desde julho de 2023, foi retirado, deixando apenas uma manta preta em frente aos retratos dos políticos. Os retratos dos ex-presidentes e do atual chefe do Executivo foram reinstalados em setembro de 2023. **(Gabriela Oliva/O Tempo Brasília)**

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS - 23.5.2024



Possível composição entre Duda e Rogério nas eleições em BH mobiliza figurões do PT e do PDT em Brasília

A desistência da deputada federal Duda Salabert (PDT) de disputar a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) tem sido uma das principais apostas da campanha do PT em Belo Horizonte para que haja uma união das candidaturas de esquerda pela campanha do deputado federal Rogério Correia (PT). Segundo interlocutores do partido, há uma tentativa da legenda para que a parlamentar faça parte da chapa do PT e do PSOL. A deputada estadual Bella Gonçalves (PSOL) recentemente anunciou a intenção de unir sua pré-candidatura ao PT na disputa pelo Executivo municipal.

Segundo apurou o **Aparte**, as negociações entre PT e PDT estão em curso, e a expectativa é que haja uma definição até julho, quando se iniciam as convenções partidárias. Como o presidente nacional licenciado do PDT, Carlos Lupi, é ministro da Previdência do governo Lula, as negociações estariam sendo conduzidas diretamente entre Lupi e a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann. A expectativa é que a presença do PDT na base do Palácio do Planalto seja levada em consideração para as articulações em BH.

Procurada, Duda não descarta a união dos nomes da esquerda, entretanto, para ela, a aliança só seria possível se um acordo feito sobre a cabeça de chapa considerasse o candidato com melhor desempenho nas pesquisas. Alguns interlocutores do PT ouvidos pelo **Aparte** discordam das condições, já que, segundo eles, mais do que pesquisas de intenções de voto, é preciso considerar o apoio do presidente Lula, o tempo de TV dos partidos e a militância. **(LF e Mariana Cavalcanti)**

MÁRCIO COIMBRA

contato@casapolitica.com.br

Em defesa da Ucrânia

Em oposição direta ao mundo livre, o Brasil preferiu não assinar a declaração final da Cúpula de Paz, realizada na Suíça, com objetivo de mobilizar a comunidade internacional pelo fim da invasão da Ucrânia. Assim, nosso país coleciona mais um equívoco na lista de erros cometidos pela nossa política externa, especialmente em um momento em que os países democráticos deveriam se unir em prol do respeito às regras internacionais e da estabilidade das relações entre as nações.

O comunicado final do encontro "reafirma a integridade territorial" de Kiev e apela à troca completa de prisioneiros de guerra, bem como o regresso das crianças deportadas da Rússia. Os pontos são claros, justificados e objetivos. Isso explica a razão de 84 países terem firmado o documento, incluindo neste rol a Comissão Europeia, Conselho da Europa e o Parlamento Europeu. O resultado deixou muito clara uma cisão entre as nações democráticas e aquelas que flertam com o autoritarismo e suas derivações.

O Brasil perdeu uma grande oportunidade de reorientar sua bússola moral na esfera externa. Nosso país rejeitou o convite suíço pelo fato de a cúpula não ter a participação da Rússia, a nação agressora que invadiu de forma ilegal a Ucrânia. Ao adotar tal postura, indiretamente, o Brasil adota a narrativa russa, perfilando-se ao lado dos interesses do Kremlin, em claro confronto com a ampla maioria da comunidade internacional.

Além do Brasil, que participou do evento como observador, Cuba, Nicarágua, Venezuela, El Salvador, Haiti, Indonésia, Índia, África do Sul, Honduras, Bolívia, México e Arábia Saudita não assinaram a declaração final. Todos são ditaduras, governos autoritários ou simplesmente autocráticos e países parasitados por regimes populistas. Certamente não causa qualquer surpresa que nossos colegas de Brics estejam nessa lista.

A divisão entre signatários do documento e aqueles que prefeririam ficar de fora expõe o atual estado de coisas, ou seja, o conflito entre países democráticos e aqueles que flertam ou vivem em nações autocráticas e autoritárias. Há, de um lado, um claro alinhamento de diversos países sob a liderança de Rússia e China, enquanto, de outro, nações democráticas, de direita ou esquerda, alinhadas aos valores defendidos e liderados pelos Estados Unidos e União Europeia.

Existem movimentos coordenados claros entre estes eixos de liderança, e infelizmente tudo leva a crer que o Brasil, além de deixar de pensar em si, segue uma política clara de subserviência a um dos lados. Desde o governo passado, mediante a um apoio indireto ao governo russo, passando pelo atual, em alinhamento silencioso, tudo indica que, para além da direita ou esquerda, nosso país trilha um caminho pouco virtuoso, longe do convívio sadio com outras democracias.

A defesa da integridade territorial da Ucrânia é peça fundamental do tabuleiro de poder internacional, pois sua queda pode resultar no desmonte da sustentação do concerto europeu com o avanço russo de forma inequívoca para o continente. Cabe a todas as democracias unir-se neste esforço para que a estabilidade global permaneça intacta, sem qualquer movimento em suas placas tectônicas. Ao desequilibrar esse conceito, a ingenuidade e a malandragem de certas nações podem colocar o mundo em uma situação cada vez mais delicada.

TEL: (31) 2101-3916
Editoras: Marina Schettini e Cynthia Castro
marina.schettini@otempo.com.br
cynthia.soares@otempo.com.br
Atendimento ao assinante: 2101-3838
(31) 98352-2462

Gratuidade no ônibus

Representantes de movimentos sociais, pesquisadores e da sociedade civil protocolaram ontem um projeto de lei que estabelece a gratuidade no transporte público de ônibus para toda a população de Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, João Pessoa, Manaus e Campinas.

Em BH, R$ 168,82

O texto propõe que empresas paguem uma taxa para custear o sistema de ônibus. A estimativa de valor por funcionário seria de R$ 168,82 em Belo Horizonte. Hoje, 114 cidades no Brasil aplicam a tarifa zero para todos os habitantes, usando modelos de financiamento diversos.

Política

Análise. Mais de 60% dos entrevistados na última **DATATEMPO** indicaram preferência pela direita ou centro

Na briga pela PBH, só 15,6% dos eleitores optam pela esquerda

Votos são divididos em especial entre Rogério Correia e Duda Salabert

■ LUCAS NEGRISOLI

A preferência atual do eleitor por nomes mais ligados à direita expressa na última pesquisa **DATATEMPO** mostra que a esquerda precisará se reinventar para ser competitiva na disputa de outubro. Segundo o levantamento, os quatro primeiros colocados numericamente são de direita ou de centro, e a maior parte dos eleitores indica preferência por nomes desses dois campos. A pesquisa foi realizada entre 31 de maio e 3 de junho e registrada no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MG) sob o número 06115/2024.

Dos entrevistados, 41,1% indicaram voto em políticos da direita, em especial os deputados estaduais Mauro Tramonte (Republicanos) e Bruno Engler (PL) – ainda há os nomes da ex-secretária Luísa Barreto (Novo) e do senador Carlos Viana (Podemos). Pré-candidatos de centro tiveram 20,1% dos votos, com destaque para o prefeito Fuad Noman (PSD) e o ex-deputado João Leite (PSDB), além do presidente da Câmara de BH, Gabriel Azevedo (MDB). Ou seja, mais de 60% dos entrevistados não citaram intenção de votar na esquerda. Enquanto isso, 15,6% escolheram representantes desse campo, com foco nos deputados federais Duda Salabert (PDT) e Rogério Correia (PT).

Pesa ainda o histórico das últimas eleições gerais, quando nomes da direita saíram vitoriosos em BH. Mesmo com Lula (PT) vencendo em nível nacional, na capital ele perdeu para Jair Bolsonaro (PL) por 54,25% a 45,75% no segundo turno. Romeu Zema (Novo), que venceu no primeiro turno, também ganhou na capital, apesar da grande popularidade de Kalil, que era prefeito. Zema foi escolhido por 46,5%, enquanto Kalil teve 42,5%. Em 2018, Bolsonaro e Zema também saíram vitoriosos na capital.

MONTAGEM FEITA COM FOTOS DE DANIEL DE CERQUEIRA (TRAMONTE), HENRIQUE CHENDES/ALMG (BRUNO ENGLER), RODRIGO CLEMENTE/PBH (FUAD NOMAN), REPRODUÇÃO/INSTAGRAM (@JOAOLEITEBH)






Na frente. Mauro Tramonte, Bruno Engler, Fuad Noman e João Leite são os nomes mais bem colocados numericamente na última pesquisa **DATATEMPO**, do início do mês

Na **DATATEMPO** mais recente, Tramonte lidera com 22,8% dos votos. O desempenho dele o descolou dos demais pré-candidatos, em um cenário estimulado com 11 nomes. Depois dele, o mais bem colocado é Engler, com 10,1%. Em seguida, estão o atual prefeito, Fuad Noman (9,4%), João Leite (9%), Duda (7,7%), Carlos Viana (6,8%) e Correia (6,2%). Ou seja, o primeiro nome da esquerda aparece numericamente na quinta posição (a margem de erro da pesquisa é de 2,83 pontos percentuais).

TENDÊNCIA. A cientista social e analista da **DATATEMPO** Bruna Assis afirma que há uma afinidade crescente de parte significativa do eleitorado com ideias de direita em BH. "É uma tendência que se fortaleceu no país. Essa inclinação dos eleitores da capital pode estar impulsionando os candidatos mais alinhados à direita a um desempenho melhor nas pesquisas", explica. "No entanto, é importante considerar que estamos ainda no início da campanha. A pesquisa espontânea revela que cerca de 65% dos eleitores não têm um candidato em mente, indicando que o debate eleitoral não está suficientemente presente entre o eleitorado, que tende a se envolver mais conforme a campanha avança. Esse contexto tende a favorecer candidatos mais conhecidos, que, no caso de Belo Horizonte, são nomes que conversam mais com a direita, como Tramonte, Viana e João Leite", completa.

Christopher Mendonça, professor de ciência política no Ibmec, avalia que a esquerda perdeu espaço no contexto de BH devido ao apoio que deu ao governo de Fuad Noman, mesmo que o pré-candidato à reeleição seja de centro. Durante a gestão, houve amplo apoio do PT ao atual prefeito. "Fuad não entregou o que prometeu. Quando isso ocorre, há a substituição (por outras figuras políticas)", explica.

Com isso, abriu-se espaço para a direita crescer. Inclusive, no cenário atual, o professor acredita que o cenário deve se estabelecer entre dois candidatos de direita no segundo turno – em um embate entre Mauro Tramonte e Bruno Engler. "A esquerda precisa pautar outros contextos (de outras cidades, Estados ou o país) para desmentir os ruídos existentes", acrescenta Mendonça. Ele cita, por exemplo, trazer à tona atuações de outras lideranças de esquerda em Minas e no Brasil que tenham feito boas gestões para ampliar a força dos argumentos dos pré-candidatos em Belo Horizonte.

'BH é uma cidade conservadora'

O professor da UFMG Camilo Aggio afirma que a esquerda precisa se reestruturar e diz que o campo ideológico foi "arrasado completamente" por gestões como a de Fernando Pimentel (PT) no Estado. "A esquerda em BH está acéfala. Para um amplo espectro do eleitorado, a esquerda não tem conseguido representar prioridades e demandas dos cidadãos", explica.

Outro ponto é a encarnação de um bolsonarismo pulsante em Bruno Engler. "BH é uma capital que, se fosse país, teria elegido Bolsonaro. O conservadorismo é muito forte. O próprio catolicismo chega a dialogar com o ultraconservadorismo do neopentecostalismo, que é essa base evangélica do bolsonarismo. Grande parte dos votos (de Engler) vem daí", define. (LN)

Desunião

Esquerda não se une no primeiro turno: ego é entrave

A união dos nomes de esquerda, o que poderia dar mais força ao campo, não parece que vai ser uma construção automática, diante, inclusive, de uma dificuldade histórica de fazer agrupamentos eleitorais – há 36 anos a esquerda não sai unida já no primeiro turno de eleições para a Prefeitura de Belo Horizonte. Segundo analistas, o ego é parte do problema.

Neste ano, o padrão se mantém – apesar de Bella Gonçalves (PSOL) e Rogério Correia estarem unidos, nenhum dos dois abriu mão da cabeça de chapa. Duda Salabert também mantém sua pré-candidatura mesmo com acenos do PT. O professor de ciência política Christopher Mendonça avalia que a dificuldade ocorre por "briga de egos". "Na esquerda, isso é mais forte por serem nomes muito populares, enquanto na direita há uma maior convergência em razão da força do Bolsonaro", afirma.

A cientista política Érica Baptista avalia ainda que a esquerda tem tido uma dificuldade muito grande de se organizar. "Ela vem lutando para se manter viva, e o sucesso eleitoral é muito mais ligado à força de alguns atores do que a força de uma construção política-ideológica", analisa. "A esquerda tem uma dificuldade histórica de penetração de seus discursos, produz uma série de comunicações que não têm adesão", acrescenta. Para ela, os candidatos precisam apostar no personalismo e na construção de uma imagem independente dos partidos e da ideologia para serem viáveis. "É o que aconteceu com a Marília (Campos) em Contagem. Muitas pessoas que não votam na esquerda, no PT, votaram na Marília porque ela é uma boa prefeita". **(LN)**

CCJ. Sem presidente e vice, líder da minoria não abriu a sessão

Projeto do Ipsemg segue emperrado na Assembleia de Minas

Proposta está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça de hoje

■ GABRIEL FERREIRA BORGES

A discussão da proposta do governo Romeu Zema (Novo) para reestruturar o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado (Ipsemg) foi mais uma vez adiada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Após ser retirado de pauta na última semana, o Projeto de Lei (PL) 2.238/2024 estava previsto para ser analisado ontem, mas a reunião sequer foi aberta. Uma sessão extraordinária foi convocada para hoje, quando a proposta está na pauta.

Diante da ausência do presidente, Arnaldo Silva (União), e do vice-presidente da CCJ, Bruno Engler (PL), coube ao deputado estadual Dr. Jean Freire (PT), já que era o decano entre os titulares presentes, conduzir a reunião. Entretanto, Jean, líder da minoria na ALMG, derrubou a sessão ao não abri-la. "Sou filho de uma servidora e lembrei quantas vezes precisei do Ipsemg. Se a proposta do Zema estivesse em vigor, eu não teria direito à assistência, porque não teria isenção para dependentes com idade inferior a 21 anos", afirmou o deputado.

WILLIAN DIAS/ALMG - 5.6.2024



Jean Freire iria conduzir reunião da CCJ, mas não abriu a reunião

A postura de Jean foi vista como obstrução nos corredores da ALMG, já que havia quórum para abrir a sessão, apesar da ausência de Arnaldo e Engler. Como decano, caberia ao líder da minoria abrir a sessão para votar o PL ou, então, para retirá-lo da pauta e, eventualmente, encerrar a sessão por falta de quórum. O movimento teria incomodado o líder do governo Zema, João Magalhães (MDB). Procurado, o deputado apenas afirmou que a expectativa do governo era que a proposta fosse analisada ontem.

DIFICULDADES. A votação da proposta para reestruturar o Ipsemg já havia sido adiada na última terça-feira (11). Sem acordo para votação, o PL foi retirado de pauta por Arnaldo a pedido do deputado estadual Sargento Rodrigues (PL). O governo concordou em recuar, uma vez que, como havia outros projetos na pauta, temia que a oposição poderia utilizá-los para obstruir a votação por mais tempo. Ontem, por exemplo, o texto estava sozinho na pauta da CCJ.

O texto proposto por Zema pretende aumentar em mais de 80% o piso e o teto pagos pelos servidores do Ipsemg. Enquanto o piso passaria de R$ 33 para R$ 60, o teto aumentaria de R$ 275,15 para R$ 500. O texto ainda criaria uma alíquota adicional de 1,2% para usuários com idade a partir de 59 anos e daria fim às isenções para filhos de usuários cuja idade é inferior a 21 anos, que passariam a pagar uma alíquota de 3,2% até 38 anos – hoje a assistência é válida só para dependentes de até 35 anos. A proposta prevê alterações também nos valores pagos por cônjuges.

Tramitação

Ipsemg. Tratada como prioritária por Zema após a aprovação da recomposição para os servidores, a proposta aguarda parecer da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Minas

Pacheco apresenta hoje proposta sobre dívida a Haddad

■ GABRIEL FERREIRA BORGES
FRANSCINY FERREIRA

O presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD), apresentará hoje ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a proposta alternativa ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) para renegociar a dívida dos Estados com a União. O objetivo é chegar a um consenso para que a proposta, batizada de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados junto à União (Propag), seja levada ao Senado.

Interlocutores de Pacheco admitem que podem acolher sugestões do ministro, desde que não desfigure o texto, já que a autoria caberá ao senador. A proposta apresentada por Haddad a governadores ainda em abril vinculava a queda do indexador atrelado à dívida dos Estados – que hoje é formado pelo IPCA mais uma taxa nominal de 4% – à criação de vagas no ensino médio técnico. A taxa poderia cair até 2% de acordo com o número de vagas.

O Propag prevê a federalização de ativos, como Cemig e Copasa no caso de Minas para abater parte da dívida dos Estados com a União. Além da amortização, Pacheco prevê um desconto adicional de 50% sobre o saldo remanescente. A cada R$ 1 da dívida amortizada, os Estados teriam um desconto de R$ 0,50 sobre o restante. O valor da dívida de Minas com a União poderia cair dos atuais R$ 165 bilhões para R$ 80 bilhões nos cálculos de Pacheco.

O TEMPO apurou que um dos pontos que impedem o envio da proposta são discordâncias pontuais entre Pacheco e Haddad, que já estão de lados opostos em outras discussões, como a Medida Provisória (MP) da Desoneração. As discordâncias têm provocado desconfiança entre os governadores se o ministro dará aval à proposta de Pacheco.

PEDRO LADEIRA/FOLHAPRESS - 8.4.2024



Pacheco vai apresentar a Haddad proposta alternativa ao RRF

Na Justiça. Deputado João Magalhães ainda pode recorrer da decisão; ele nega o crime e afirma estar tranquilo

Líder de Zema na ALMG é condenado por corrupção

■ DA REDAÇÃO

O líder de governo na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), João Magalhães (MDB), foi condenado a 11 anos e oito meses de reclusão pela 2ª Vara da Justiça Federal de Governador Valadares por corrupção passiva e lavagem de capitais. A denúncia foi apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF), que acusa o parlamentar de fraude em licitação e propina. À decisão cabe recurso.

O MPF acusou Magalhães de ter apresentado emendas ao Orçamento da União, destinando recursos para obras em municípios mineiros quando ainda era deputado federal, e cobrado propina dos prefeitos, entre 10% e 12% do valor destinado. Em outubro de 2007, Magalhães teria recebido R$ 38 mil do então prefeito de Tumiritinga, no Rio Doce, Luiz Denis Alves Temponi (PFL). O ex-prefeito também foi condenado.

Uma assessora informal de Magalhães também foi condenada, acusada de receber a propina em sua conta e repassar o valor para ocultar a origem do dinheiro. Ela foi sentenciada a dez anos e dois meses de reclusão, e Temponi, a 11 anos e seis meses. A Justiça determinou a perda das funções públicas dos três e estipulou o regime fechado para o cumprimento inicial das penas.

HENRIQUE CHENDES/ALMG . 4.6.2024



João Magalhães é líder do governo Zema na Assembleia mineira

RESPOSTA. Em nota, Magalhães afirmou que recebe a condenação com tranquilidade, apesar de discordar da decisão. "As referidas denúncias datam de quase 20 anos atrás e se baseiam em acusações infundadas. Não há nenhum indício de que eu tenha recebido qualquer vantagem indevida – o que será devidamente comprovado ao longo do processo. Sigo tranquilo com minha conduta e com a integridade de meus atos durante minha vida pública. De 1996 a 2015, período em que exerci mandatos como deputado federal, não foi diferente", informou.

O secretário de Estado de Governo, Gustavo Valadares, divulgou nota prestando "total solidariedade" a Magalhães, a quem chamou de "parceiro e homem íntegro". "Magalhães é peça fundamental no relacionamento do Executivo com o Legislativo". O ex-prefeito Luiz Temponi foi procurado pela reportagem, sem sucesso.

2026. Presidente afirma que ideia inicial é não se candidatar, mas que não fugirá da disputa 'se for necessário'

Lula diz que tentaria reeleição para evitar volta de 'trogloditas'



Petista fez também duras críticas a Campos Neto e Tarcísio de Freitas

RENATO ALVES

Ao admitir ontem que pode se candidatar à reeleição em 2026, em entrevista à rádio CBN, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse que foi orientado a não citar o nome do seu antecessor, mas se referiu a Jair Bolsonaro (PL) e a eventuais nomes apoiados pelo ex-presidente como "fascistas", "negacionistas" e "trogloditas".

O petista afirmou que sua intenção inicial não é se candidatar novamente, mas que, dependendo das circunstâncias, entrará na disputa. "Eu estarei com 80 anos em 2026, no auge da minha vida. Não quero discutir reeleição porque tenho apenas um ano e sete meses de mandato. Tem muita gente boa para ser candidata, eu não preciso ser candidato", declarou.

Mas, em seguida, ele admitiu a possibilidade. "Presta atenção, se for necessário ser candidato para evitar que os trogloditas que governaram este país voltem a governar, pode ficar certo que meus 80 anos virarão 40, e virarei candidato. Mas não é a primeira hipótese", disse.

"Só não vou permitir que este país volte a ser governado por um fascista, não vou permitir que este país volte a ser governado por um negacionista, como nós já tivemos", completou Lula, sem citar nomes.

BANCO CENTRAL. Na entrevista à CBN, pela primeira vez, o presidente tratou o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), como potencial adversário nas eleições presidenciais de 2026, ao comentar a aproximação dele com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

O petista não poupou críticas a Campos Neto e chegou a questionar se o comandante da instituição financeira teria posição política e estaria interessado em assumir cargo no governo de Tarcísio. "Só temos uma coisa desajustada neste país, que é o comportamento do Banco Central. Essa é uma coisa desajustada. Presidente (do BC) que tem lado político, que trabalha para prejudicar o país. Não tem explicação a taxa de juros estar como está", afirmou Lula.

Lula fez questionamentos sobre a possibilidade de Campos Neto, cujo mandato termina neste ano, ter pretensões político-eleitorais. "A quem esse rapaz é submetido? Como vai a festa em São Paulo, quase assumindo candidatura a cargo no governo de São Paulo? Cadê a economia dele?".

Perguntado sobre Tarcísio ter influência no BC, Lula não titubeou: "Tem mais (poder de influência) que eu. Não é que ele encontrou com Tarcísio numa festa. A festa foi para ele, foi homenagem do governo de São Paulo para ele, certamente porque o governador de São Paulo está achando maravilhosa a taxa de juros de 10,5%".

Campos Neto foi homenageado em jantar oferecido por Tarcísio de Freitas, na noite de segunda-feira (10), no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista. Na ocasião, segundo o jornal "Folha de S.Paulo", o presidente do BC disse que aceitaria ser ministro da Fazenda em um eventual governo de Freitas. O evento reuniu cerca de 60 pessoas, entre banqueiros, empresários e ex-ministros.

Campos Neto foi nomeado para o BC por Jair Bolsonaro, de quem Tarcísio foi ministro e é colocado como herdeiro político, visando à eleição de 2026. **(Com Folhapress)**

> "Se for necessário ser candidato para evitar que os trogloditas que governaram este país voltem, pode ficar certo de que meus 80 anos virarão 40, e virarei candidato. Mas não é a primeira hipótese."
>
> **Presidente Lula**

RICARDO STUCKERT/PR



Entrevista. Lula ainda comparou Campos Neto a Sergio Moro: "Rabo preso a compromissos políticos"

Contradição

Quem cobra corte de gastos é quem tem isenções, diz petista

BRASÍLIA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse ontem que as pessoas que falam em corte de gastos públicos são as mesmas que têm isenções fiscais do governo federal. O chefe do Executivo disse ainda, em entrevista à CBN, que quer discutir com empresários e parlamentares uma solução para a desoneração da folha de 17 setores, após a devolução da MP do PIS/Cofins. Mas completou: "Não me venha falar de ajuste em cima das pessoas mais humildes deste país".

Lula criticou ainda a taxação das compras internacionais de até US$ 50, mas disse que vai sancionar a proposta, "pela unidade do Congresso, do governo".

"O que me deixa preocupado é que as mesmas pessoas que falam que precisam parar de gastar são as pessoas que têm R$ 546 bilhões de isenção, de desoneração na folha de pagamento, isenção fiscal. Ou seja, são os ricos que se apoderam de uma parte do Orçamento do país. E eles se queixam daquilo que você está gastando com o povo pobre", afirmou.

Lula cobrou de empresários contrapartidas pela lei que prorrogou a desoneração da folha de 17 setores e cortou a alíquota previdenciária de prefeituras, algo que ele havia vetado, mas o Congresso derrubou.

"Acabamos de aprovar uma desoneração para 17 setores da indústria brasileira. Qual é a contrapartida que esse setor está dando para o trabalhador? Qual é a estabilidade no emprego que ele garante, qual o aumento de salário? Nenhuma", disse.

"Apenas pega a isenção fiscal, não tem nenhum compromisso com o trabalhador, apenas com aumentar o lucro, e acham que isso é normal. Nós não achamos, e eu estou disposto a fazer essa discussão com os empresários em qualquer lugar, para que a gente coloque as verdades em cima da mesa e saiba quem é que está gastando", completou. **(Marianna Holanda e Mariana Brasil/Folhapress)**

Derrota em MP acirra rixa entre Haddad e Costa

O debate sobre a medida provisória que restringia o uso de créditos tributários do PIS/Cofins acirrou a animosidade que marca a relação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e do ministro da Casa Civil, Rui Costa. Aliados dos dois ministros trocam acusações sobre a responsabilidade pela crise que, na semana passada, culminou com a devolução da MP, fragilizando a imagem de Haddad.

Interlocutores de Haddad culpam Costa pelo esvaziamento do poder de negociação da equipe após o titular da Casa Civil ter intermediado um encontro entre Lula e o presidente da Confederação Nacional das Indústrias, Ricardo Alban. Depois dessa conversa, Alban, que foi presidente da Federação das Indústrias da Bahia durante a administração de Costa, afirmou que o governo abriria mão da MP.

Os aliados de Costa, por sua vez, acusam Haddad de não estabelecer pontes de diálogo com o empresariado, além de não ter negociado os termos da MP antes de sua apresentação. (Catia Seabra/Folhapress)

Reação

Lira defende autonomia do Banco Central

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), defendeu a autonomia do Banco Central após o presidente Lula (PT) criticar a atuação do chefe da autoridade monetária, Roberto Campos Neto. Lira participou do evento "CNN Talks - Crédito para o Brasil". Ele disse que a Câmara tem guiado o país para a direção que os parlamentares julgam correta, apoiando reformas econômicas e "resistindo a toda tentativa de retrocesso".

"A autonomia do Banco Central, às vésperas do Copom, aumentou a credibilidade da nossa política monetária. O nosso arcabouço fiscal e a reforma tributária racionalizam a nossa política fiscal", afirmou Lira. Mais cedo, Lula havia criticado Campos Neto, afirmando que o presidente do BC "tem lado político e trabalha para prejudicar o país".

Antes de começar a leitura de seu discurso, ontem, Lira afirmou que o dia já tinha começado "bastante animado" e que não atiçaria mais dúvidas ao atual momento do país. "Nunca trabalhei contra o meu país e nunca, de maneira nenhuma, a Câmara se posicionou contrária aos interesses do Brasil, neste, naquele ou em outro governo. E hoje o dia já começa bastante animado. Não será por parte do presidente da Câmara que nós atiçaremos mais um pouco as dúvidas, incertezas, agruras, versões, ilações que tanto mal têm feito ao nosso país", afirmou. **(Victoria Azevedo/Folhapress)**

Requerimento

CMO. Depois das críticas de Lula, o deputado Merlong Solano (PT-PI) apresentou requerimento para ouvir Campos Neto na Comissão Mista de Orçamento do Congresso. O comparecimento é facultativo.

Processo. Primeira Turma acata denúncia da PGR sobre assassinato da vereadora e de Anderson Gomes

STF torna réus irmãos Brazão e mais três pela morte de Marielle



Moraes concordou com a acusação e foi seguido pelos outros quatro ministros

■ HÉDIO FERREIRA JÚNIOR

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade, ontem, receber a denúncia da Procuradoria Geral da República (PGR) e abrir ação penal contra os acusados de planejar o assassinato da vereadora do Rio Marielle Franco (PSOL) e do motorista dela, Anderson Gomes, em 24 de março de 2018.

Os cinco ministros do colegiado federal entenderam que a denúncia atende aos requisitos legais, com indícios do cometimento do crime e de sua autoria.

Com isso, tornam-se réus pelos crimes de homicídio e formação de quadrilha e passarão a ser julgados no tribunal pelos assassinatos o conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCE-RJ) Domingos Brazão; o irmão dele, o deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ); o delegado e ex-comandante da Polícia Civil do Rio de Janeiro Rivaldo Barbosa; um ex-assessor de Domingos Brazão, Robson Calixto Fonseca, conhecido como "Peixe"; e o ex-policial Ronald Paulo de Alves.

Segundo a PGR, os irmãos Brazão decidiram matar a vereadora para impedir que ela continuasse a prejudicar os interesses da família em práticas de grilagem de terras. O crime seria, segundo a denúncia, o ápice das desavenças entre a família e integrantes do PSOL.

O relator do caso e presidente do colegiado, ministro Alexandre de Moraes, acatou o pedido da PGR, sendo seguido pelos demais ministros em uma sessão de votação rápida e que levou mais tempo na fase de defesa.

Pelo voto do relator, Chiquinho Brazão e Domingos Brazão serão julgados pelos crimes de homicídio e organização criminosa; Robson, por organização criminosa; e Rivaldo e Ronald, por homicídio. O processo agora entra em fase de instrução, com coleta de provas e depoimentos de testemunhas.

Moraes deu início ao seu voto declarando improcedentes os pedidos da defesa de incompetência da Corte em julgar o caso pelo fato de o crime ter ocorrido antes de Chiquinho Brazão assumir uma vaga na Câmara dos Deputados. Ele também negou que o ministro Flávio Dino fosse considerado impedido de julgar por ter sido ministro da Justiça em 2023, durante período de diligências das investigações da Polícia Federal.

A sessão de julgamento começou com a leitura do relatório feita por Alexandre de Moraes. O ministro fez um resumo do processo, incluindo a denúncia e manifestação da defesa de cada um dos acusados.

Na sequência, o representante da PGR teve 30 minutos para sustentar a acusação, e cada um dos advogados de defesa dos quatro acusados, 15 minutos para as sustentações orais. Só então Moraes abriu o processo de votação, seguido dos votos dos ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin, Luiz Fux e Cármen Lúcia. A Primeira Turma é composta pelos cinco magistrados.

ANDRESSA ANHOLETE/SCO/STF



Consenso. Os cinco integrantes da Primeira Turma do Supremo acolheram a denúncia da Procuradoria

Delação

Lessa. A delação premiada do ex-policial militar Ronnie Lessa, executor do crime, é a base para a acusação feita pela Procuradoria Geral da República. O acordo de colaboração foi homologado pelo ministro do STF Alexandre de Moraes.

Quem são

Irmãos Brazão. Baseada nas investigações da Polícia Federal, a PGR aponta que os irmãos Domingos (conselheiro do TCE-RJ) e Chiquinho Brazão (deputado federal) foram os mandantes do crime. Eles teriam planejado o assassinato em razão da atuação política de Marielle para dificultar a aprovação de propostas legislativas que facilitavam a regularização do uso e da ocupação de áreas comandadas por milícias no Rio de Janeiro.

Delegado. Os irmãos contariam com o apoio do delegado Rivaldo Barbosa, que teria se encarregado de dificultar as investigações. Ele foi nomeado chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro na véspera do crime.

Policial militar. Ronald Paulo de Alves, o major Ronald, teria monitorado as atividades de Marielle e fornecido aos executores informações essenciais para a consumação do crime.

Ex-assessor. Robson Calixto Fonseca, o Peixe, trabalhava como assessor de Domingos Brazão e teria sido o responsável por fornecer a arma que matou Marielle e Anderson.

Câmara. Deputado anuncia comissão representativa para discutir o tema após o recesso parlamentar

Lira adia análise do PL do Aborto para 2º semestre



■ LEVY GUIMARÃES

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), anunciou ontem que vai ficar para o segundo semestre a discussão sobre o projeto de lei que equipara o aborto após a 22ª semana de gestação ao crime de homicídio simples. A proposta teve a urgência aprovada de forma relâmpago pela Casa na última quarta-feira (12), fazendo com que esteja apta a ter o texto principal votado em plenário.

A intenção de setores como a bancada evangélica era que a votação ocorresse nas próximas semanas, o que ficou inviável após a forte repercussão contrária ao projeto. A decisão pelo adiamento foi tomada após reunião de líderes ontem. Ficou definida ainda a instalação de uma comissão especial, a partir de agosto, para debater o texto.

A escolha da relatora também deve ficar para depois do recesso parlamentar.

"O colégio de líderes deliberou debater esse tema de maneira ampla no segundo semestre, com a formação de uma comissão representativa. Dessa forma, o açodamento ou as perguntas não terão como fluir, porque nós só iremos tratar disso após o recesso (parlamentar)", disse Lira.

Em um pronunciamento, Lira também afirmou que a decisão sobre a pauta de votações não é tomada de forma "monocrática" e tem a participação do colégio de líderes. "Nós não governamos sozinhos. Essa narrativa não é verdadeira. As decisões na Câmara não são monocráticas", declarou, em resposta às críticas e ataques pessoais que vem recebendo devido ao projeto.

De autoria do deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), o projeto propõe alterações no Código Penal e também estabelece que, em casos de viabilidade fetal, mesmo resultantes de estupro, o aborto não será permitido.

Esse item pode fazer, por exemplo, com que uma vítima de estupro tenha uma pena maior do que o agressor, já que o crime de estupro tem uma pena máxima de 12 anos, enquanto o de homicídio simples, de 20 anos.

Saiba mais

- Lula voltou a afirmar ontem que é contra o aborto, mas, como presidente, tem que se posicionar contra o projeto que equipara a prática ao crime de homicídio. Ele ainda questionou o autor do PL, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ): "Queria saber se uma filha dele fosse estuprada, como ele iria se comportar".

- O ministro do STF Alexandre de Moraes multou o X em R$ 700 mil por não cumprir uma ordem de retirada de postagens que chamavam de "estuprador" o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). A rede social havia sido notificada pelo STF em 13 de junho.

- A deputada Renilce Nicodemos (MDB-PA) pediu à Mesa Diretora da Câmara a retirada da assinatura dela do projeto. Evangélica, ela explicou que assinou a matéria sem saber que a pena prevista para a mulher que abortar é maior que a dos agressores.



LUIZ TITO

luizctito@bol.com.br

Violência em evidência

Os últimos dias assistiram a palcos formados na Câmara dos Deputados, no Senado, na imprensa e nas redes sociais para se discutir o tema do aborto. Uma das melhores posições externadas sobre o tema veio do presidente Lula, que se manifestou contrário ao aborto, claro, e endereçou a questão a um problema que tem que ser tratado, de forma prioritária, como assunto de saúde pública, pela gravidade como repercute na vida de crianças, de jovens e das famílias brasileiras. Ontem, na Assembleia Legislativa de MG, o deputado Sargento Rodrigues tangenciou a discussão do aborto, mas para condenar a postura da juíza Cristina de Faria Cordeiro, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, que trouxe a tiracolo, numa aula que foi por ela ministrada na Escola Judicial do TJMG, um monstro condenado a 22 anos de prisão, por estupro cometido contra uma criança de 5 anos, matando-a por rompimento do mesentério. Um caso de prisão perpétua ou pena de morte. Esse tipo, Gregório Fernandes de Andrade, veio a BH falar sobre sua experiência na passagem pela cadeia. Pelo que se soube, havia quem desejasse vê-lo jogado pela janela da sala de aula.

São João del-Rei

Grande parte da cidade espera pela saída do prefeito Nivaldo Andrade, cassado em decisão unânime do STJ, abrindo assim a oportunidade de posse do vice-prefeito no cargo. A expectativa é que o Ministério Público do Estado de MG, por meio do promotor de Justiça da comarca, Igor de Medeiros, possa acelerar as devidas ações nesse sentido. Se isso lhe for legalmente próprio, óbvio.

DIVULGAÇÃO

Fábio Sacioto, vice-presidente da Fiemg, padre Guerra e o desembargador Rogério Medeiros, que assumirá no dia 1º de julho a 3ª vice-presidência do TJMG

Guerra da paz

Criado em Espinosa, Norte do Estado, Antônio Guerra saiu de casa cedo e, hoje, é um dos líderes de uma congregação da Igreja Católica que está presente em mais de 60 países. O ex-ministro do STJ Jorge Mussi carinhosamente costuma dizer que "padre Guerra será o primeiro papa brasileiro". De Guerra só o sobrenome; sempre exercendo uma simpatia e a devoção cativantes, mais uma vez ele assim se mostrou ao vir a BH celebrar missa de inauguração de uma capela do Sagrado Coração de Jesus, no último fim de semana.

A grande arte de inventar em Uberlândia

De inventar formas de torrar o dinheiro público, de inverter prioridades, de dar as costas às verdadeiras demandas de todos os municípios, que são saúde, educação, moradia e segurança, ainda que ele esteja na lista dos que mais arrecadam em Minas Gerais. Momento de campanha, infelizmente, é quando essas distorções mais aparecem. Em Uberlândia, o cantor sertanejo Leo, o ex da dupla Victor & Leo, foi contratado pela prefeitura para fazer uma palestra para os servidores do município, por R$ 90 mil. Sua fala, para os servidores, versou sobre o tema "A arte de se reinventar" e durou uma hora e meia. Isso mesmo, uma hora e 30 minutos. O objetivo foi o de agradecer aos servidores "pelos 16 anos que estes dedicaram a Uberlândia", conforme falou a esposa do prefeito, que atualmente cumpre mandato como deputada federal em Brasília. Uma professora do ensino básico em Uberlândia precisaria trabalhar 32 meses, cinco dias da semana, por quatro horas e meia todo dia para ganhar o que Leo, com toda competência que absorveu num treinamento de 40 horas, ganhou pela palestra. Um médico, trabalhando cinco horas por dia, cinco dias por semana, necessitaria de quase um ano para faturar o mesmo que Leo ganhou, dando conselhos para a seleta plateia. E sem cantar "O Tempo Não Apaga".

Iluminando Araguari

O tempo está quente em Araguari, uma das mais importantes cidades do Triângulo Mineiro, que dispõe de um Orçamento que centenas de municípios brasileiros desejariam. Claro, para aplicar bem, sobretudo sem quaisquer suspeitas. A cidade teve na sua administração o engenheiro Dickson Santos Gomes, que lá atuou como secretário municipal de Planejamento e gestor de Contratos e, segundo muito falado na cidade, teria levado sua experiência em licitações, atas e contratos de obras públicas para a Superintendência de Obras e Infraestrutura da Seinfra de Goiânia, a capital do Estado. Uma investigação, batizada de "operação Lumière", feita pela Delegacia Estadual de Repressão a Crimes contra a Ordem Tributária, provocou a exoneração de Dickson, que vinha subindo muito rapidamente na administração. Pena. Por que Araguari? É porque as empresas Elétrica Radiante, Goiás Led, Delvalle e Elétrica Luz, com as quais Araguari firmou contratos milionários, também atuavam na Seinfra de Goiânia. Daí o interesse dos investigadores de ambas as cidades trocarem figurinhas.

Enquanto o desrespeito segue, a PBH não nomeia fiscais

A coluna trouxe o grave problema de barulho e invasão dos espaços públicos por bares, restaurantes e boates no Lourdes e na Savassi, que precisa ser combatido com urgência pela Prefeitura de BH e pela Guarda Municipal. Enquanto isso, fiscais aprovados em concurso realizado em 2023 aguardam nomeação. "Eu concordo que a fiscalização tem um número menor de fiscais do que deveria ter", admitiu o próprio secretário de Política Urbana, João Antônio Fleury, em audiência na Câmara Municipal. Fleury ainda falou do seu compromisso, já alinhado com o prefeito Fuad Noman, de chamar, ainda neste ano, mais cem fiscais aprovados no concurso, além dos 54 que foram nomeados. Essas declarações do secretário foram em março. Estamos em junho, e a coluna quer saber da Prefeitura de BH sobre as novas nomeações e, assim, ainda nesta gestão, reforçar a fiscalização para garantir o sossego e a segurança do belo-horizontino. Um importante "detalhe" trazido pelo próprio secretário: o último concurso público da PBH para fiscal foi em 2000, ou seja, a prefeitura ficou 23 anos sem repor os quadros. Não é à toa que a situação se agravou.

Relatório. O objetivo é identificar os temas em evidência, as principais "fontes influenciadoras e detratoras"

STF quer contratar serviço de rastreamento nas redes



DA REDAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal (STF) quer contratar uma empresa para monitorar em tempo real o que está sendo falado sobre o tribunal nas redes sociais. Na prática, o objetivo é identificar os temas em evidência, as principais "fontes influenciadoras e detratoras", emitir alertas imediatos sobre temas com grande potencial de repercussão e, nesses casos, apresentar um plano de ação para conter possíveis crises.

O pregão da licitação foi realizado na última sexta-feira (14) – 21 empresas apresentaram suas propostas, mas a vencedora não foi escolhida. De acordo com o documento da licitação, o valor reservado do caixa do tribunal para o pagamento dessa atividade é de até R$ 345 mil, com contrato de duração de um ano.

A empresa vencedora do certame vai gerir os perfis do Supremo e fazer esse monitoramento no Facebook, X (antigo Twitter), YouTube, Instagram, Flickr, TikTok, LinkedIn e blogs.

Conforme o documento, a empresa contratada deverá apresentar relatórios analíticos diários, semanais e mensais, contendo uma análise quantitativa e qualitativa dos conteúdos relacionados à Corte. A contratação ocorre no momento em que o tribunal discute a regulamentação das redes sociais e enfrenta ataques nas redes sociais.

Essas análises devem mostrar a evolução da imagem do STF, indicar os assuntos mais relevantes abordados pelos usuários, classificar os registros como positivos, negativos ou neutros, mostrar quais são as principais "fontes influenciadoras e detratoras", além de sugerir melhorias na comunicação com esses públicos.

O Supremo não quer apenas identificar os principais formadores de opinião que discutem temas relacionados à instituição, mas também solicita um georreferenciamento da origem das publicações, uma análise do posicionamento desses influenciadores, da influência deles sobre o público, os padrões das mensagens e eventuais ações organizadas na web.

STF/DIVULGAÇÃO - 10.7.2011



Instagram, TikTok e X são algumas das redes que serão monitoradas

Economia

Dólar Valores em R$ — 18.6.2024

	comercial	paralelo	turismo
COMPRA	5,433	5,57	5,550
VENDA	5,434	5,67	5,639

18.6.2024

Euro		5,836
Bovespa		0,41
	Pontos	119.630

TEL: (31) 2101-3953
Editores: Karlon Aredes e Carla Chein
karlon.aredes@otempo.com.br
carla.chein@otempo.com.br
Atendimento ao assinante: 2101-3838
(31) 98352-2462

Reviravolta. Após 12 anos, tribunal acata recurso e entende que houve modificação de controle na Usiminas

CSN ganha disputa no STJ e terá direito a indenização de R$ 5 bi

Ternium afirma que a decisão provoca insegurança jurídica no país e vai recorrer

DA REDAÇÃO

O conglomerado ítalo-argentino Ternium vai recorrer da decisão da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que determinou ontem que o grupo pague indenização de R$ 5 bilhões no caso relativo ao controle acionário da Usiminas. Segundo a multinacional, a decisão contraria jurisprudência firmada e consolidada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e gera insegurança jurídica no mercado de capitais brasileiro.

Em novembro de 2011, a Ternium comprou 27,7% das ações da Usiminas e pagou, à época, R$ 4,1 bilhões para Votorantim e Camargo Corrêa. Entrou no grupo de controle, mas sem detê-lo. A CSN, que tem 12,9%, pediu à Justiça indenização, porque entende que a mudança no grupo de controle disparava o que é chamado no mercado de "tag along".

Isso ocorre quando um grupo minoritário tem direito de receber oferta por suas ações devido à alienação do controle de uma companhia. É algo que está previsto no artigo 254A da Lei 6.404, conhecida como "Lei das S/A". O argumento é que a troca de controle ocorreu de forma disfarçada, o que a Ternium nega ter acontecido.

Apesar de ter apenas R$ 1,1 bilhão em ações da Usiminas, a CSN pede R$ 5 bilhões em indenização, alegando que havia obrigação da Ternium de comprar suas ações em 2012. O pedido foi negado pela CVM, e a CSN recorreu à Justiça. "A Ternium reafirma que não houve alteração do controle no momento de sua entrada no capital da Usiminas e não havia obrigação legal de realização de Oferta Pública de Ações (OPA)", diz a empresa, em nota.

O texto afirma que a "posição da Ternium se baseia em reiteradas decisões da CVM e de todas as instâncias do Judiciário, incluindo a própria Terceira Turma do STJ". O conglomerado teve decisões favoráveis na primeira e na segunda instância e, finalmente, no Superior Tribunal de Justiça, em março de 2023. Após a morte de um ministro e um pedido de licença de outro, o caso teve reviravolta na análise dos embargos de declaração.

USIMINAS/DIVULGAÇÃO



Imbróglio. Litígio envolve controle acionário da Usiminas, que tem sede em Ipatinga, no Vale do Aço

PREOCUPAÇÃO. Segundo a Ternium, a mudança no entendimento coloca em risco "operações de fusão e aquisição nas quais haja alienação de partes de blocos de controle". A companhia afirma que investiu mais de R$ 23 bilhões, desde 2012, "para consolidar a posição como uma das líderes do setor de aço do Brasil". E que os centros industriais da Usiminas e da Ternium Brasil geram mais de 16 mil empregos diretos e mais 14 mil contratados.

Já o representante dos funcionários e aposentados da Usiminas, Edílio Veloso, enviou carta ao conselho da empresa, em abril, em que demonstra receio pelo futuro da Usiminas, por conta da ação movida pela CSN. "A empresa com usina em Volta Redonda teve tentativa frustrada de comprar a Usiminas e continua a tomar iniciativas para prejudicar a operação da empresa", escreveu. **(Com Constança Rezende e Alex Sabino/Folhapress)**

Investimentos

Ameaça. Em nota, a Ternium destaca que a "reversão de decisões administrativas e judiciais, consistentes com as práticas consolidadas no mercado brasileiro e referendadas ao longo de 12 anos", representa ameaça aos agentes econômicos. E ainda colocaria em xeque aportes já programados para a Usiminas.

Julgamento
Mudança de configuração na 3ª Turma

Entre julgamento do mérito e análise do recurso, o ministro Paulo de Tarso Sanseverino morreu e o ministro Marco Aurélio Bellizze se declarou impedido para julgar. Isso mudou a configuração da Terceira Turma do STJ. Assim, o ministro Paulo Dias de Moura Ribeiro, relator, decidiu dar razão à CSN, acompanhado por Humberto Martins.

A ministra Nancy Andrighi e o ministro Villas Bôas Cueva votaram pela devolução do caso à primeira instância para produção de novas provas. O ministro Antonio Carlos Martins decidiu o caso ao dar direito à CSN de receber a indenização de R$ 5 bilhões e ainda continuar com suas ações.

Antes do início do julgamento ontem, a Ternium tentou adiar a decisão, porque há ação no Tribunal Regional Federal de Minas. A proposta foi rejeitada por unanimidade. **(Da redação)**

Distribuição. Companhia iniciou estudos de viabilidade para construção de uma nova rede no Sul de Minas

Gasmig destinará R$ 5,8 bi para ampliar gasodutos

SIMON NASCIMENTO

Até 2034, a Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig) projeta investir R$ 5,8 bilhões para ampliar a rede de gasodutos em operação no Estado. O pontapé inicial é o projeto Centro-Oeste, que prevê construção de um traçado de 110 km ligando Betim, na Grande BH, a Divinópolis. As obras começaram em março e vão até 2025. Em três meses, 60 km de tubos de aço já estão sobre o traçado e 16 km passam por baixo da terra.

As informações são do presidente da Gasmig, Gilberto Valle. Ele revela ainda que, além dessa expansão, a companhia iniciou estudos de viabilidade para construir nova rede no Sul de Minas, passando por Extrema, Pouso Alegre, Varginha e Três Corações. "O gás natural canalizado representa mais um esforço para oferecer estrutura mais qualificada e que possa atender a uma gama maior da indústria e da população no geral", afirma.

Ele observa que, desde 2013, quando foram feitos os gasodutos do Sul de Minas e do Vale do Aço, a média anual de investimento da companhia era R$ 50 milhões. Em 2023, chegou a R$ 300 milhões para viabilizar o crescimento da rede.

FRED MAGNO/O TEMPO - 4.3.2024



Pontapé inicial da obra do projeto Centro-Oeste ocorreu em março

O projeto Centro-Oeste tem custo de R$ 800 milhões e expectativa de volume total distribuído de 238 mil m³ por dia. Em Betim, por exemplo, cerca de 40 bairros serão beneficiados, com a consolidação da oferta de gás natural para praticamente todo o município. A primeira etapa das obras está concentrada entre Mateus Leme e Divinópolis. "Até o final do ano que vem, teremos os primeiros clientes ligados à rede", afirma Valle. Ele diz que já estão sendo celebrados contratos de fornecimento com postos de combustíveis para venda de GNV, além de empresas de outros segmentos que demonstraram interesse.

Para o gasoduto no Sul, ele explica que é necessário construir a rede saindo de Bragança Paulista (SP) para conduzir moléculas de gás para Minas. O projeto está em fase de contratação de estudos ambientais e de viabilidade. Partindo de Extrema, a rede passará por Pouso Alegre, Varginha e terminará em Três Corações. As obras devem começar em 2026.

Voto no STJ causa surpresa e impacta mercado de capitais

Depois de vencer em todas as instâncias administrativas e judiciais, Ternium reafirma que não houve mudança de controle na Usiminas e reitera sua confiança na Justiça brasileira

A Ternium informa que, após a publicação do acórdão, irá recorrer da decisão tomada ontem pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). A empresa reafirma que não houve alteração do controle no momento de sua entrada no capital da Usiminas em 2012 e não havia obrigação legal de realizar uma Oferta Pública de Ações (OPA).

A posição da Ternium se baseia em reiteradas decisões da CVM e de todas as instâncias do Judiciário, incluindo a própria Terceira Turma do STJ.

Nesse sentido, a Ternium ressalta que:

1. Ao ir contra jurisprudência firmada e consolidada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e por várias instâncias judiciais ao longo de 12 anos, inclusive a decisão de mérito do próprio STJ em 7 de março de 2023, o julgamento traz insegurança jurídica para o mercado de capitais brasileiro e coloca em risco operações de fusão e aquisição nas quais haja alienação de partes de grupos de controle.

2. A decisão determina o pagamento de uma indenização bilionária à CSN, que, de acordo com o CADE, comprou ilegalmente ações de seu principal concorrente, a Usiminas. A CSN recusou-se a cumprir reiteradas decisões do CADE de vender suas ações e atuou ao longo dos anos para prejudicar diretamente a empresa, tendo sido, por exemplo, contra o aumento de capital que salvou a Usiminas da recuperação judicial em 2016.

3. A participação total adquirida ilegalmente pela CSN na Usiminas tem um valor de mercado atual de R$ 1,1 bilhão na B3, número inferior à indenização bilionária pretendida.

A Ternium investiu mais de R$ 23 bilhões (US$ 4,3 bilhões) desde 2012 para consolidar sua posição como uma das líderes do setor do aço do Brasil. Os centros industriais da Usiminas e da Ternium Brasil geram mais de 16 mil empregos diretos e mais 14 mil contratados. Diariamente, 30 mil pessoas trabalham nas duas empresas no Brasil. A empresa continua trabalhando todos os dias para fazer uma Usiminas cada vez mais sustentável e competitiva.

A mudança de decisões administrativas e judiciais, consistentes com as práticas consolidadas no mercado brasileiro e referendadas ao longo de 12 anos, representa risco aos agentes econômicos e aos investimentos. Presente no Brasil há mais de 70 anos, o grupo reforça seu compromisso com o país e reafirma sua confiança na Justiça e nas instituições brasileiras. Acredita ainda que a decisão de ontem será revertida, prevalecendo o entendimento já pacificado e consolidado.

